

Série **Artigos**



Manaus Sob Fogo:

O Bombardeio de 1910
e a Guerra das Oligarquias
na Amazônia

DURANGO DUARTE



Manaus Sob Fogo: **O Bombardeio de 1910 e a Guerra das** **Oligarquias na Amazônia**

Resumo

O Bombardeio de Manaus, ocorrido em 8 de outubro de 1910, constitui um dos episódios mais dramáticos e menos conhecidos da história política brasileira durante a República Velha. Inserido no contexto das disputas oligárquicas que marcaram o federalismo da Primeira República, o conflito envolveu a deposição do governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, a intervenção de forças militares federais e o bombardeamento da capital amazonense pela Flotilha do Amazonas. O episódio evidenciou a fragilidade institucional do período, a influência das elites econômicas ligadas ao ciclo da borracha e a instrumentalização das Forças Armadas em disputas regionais de poder. Este artigo analisa as origens, o desenvolvimento e as consequências do bombardeio, bem como os debates historiográficos em torno da chamada “lenda do telegrama sem vírgula”, um dos elementos mais simbólicos da memória política amazonense.

Palavras-chave: Bombardeio de Manaus; República Velha; Ciclo da Borracha; Antônio Bittencourt; História do Amazonas; Flotilha do Amazonas; Oligarquias.

Introdução

Você sabia que o Palácio do Governo, a Beneficência Portuguesa, o Mercado Municipal e diversos edifícios do centro histórico de Manaus já estiveram sob fogo de canhões da Marinha brasileira? E que o Teatro Amazonas assistiu, a poucos metros de suas escadarias, a um dos episódios mais violentos da história política da República Velha?

Poucos episódios da história nacional ilustram tão claramente a violência política da Primeira República quanto o Bombardeio de Manaus de 1910. Enquanto a capital amazonense vivia os últimos anos da riqueza produzida pelo ciclo da borracha, uma disputa entre facções oligárquicas transformou o centro urbano da cidade em campo de batalha.

Muito além de uma mera crise administrativa, o episódio revelou as profundas fragilidades institucionais do sistema político republicano recém-estabelecido. Em uma época marcada pela chamada Política dos Governadores, pela manipulação eleitoral e pela predominância das oligarquias estaduais, as divergências políticas frequentemente ultrapassavam os limites do debate parlamentar para alcançar a violência armada.

No Amazonas, a crise atingiu proporções extraordinárias. A tentativa de afastamento do governador Antônio Bittencourt desencadeou confrontos entre forças estaduais e militares federais, culminando em um bombardeio naval contra a própria capital da província. O episódio resultou em mortes, destruição patrimonial, tensões diplomáticas internacionais e deixou marcas profundas na memória coletiva amazonense.

Mais de um século depois, o Bombardeio de Manaus permanece como um dos acontecimentos mais emblemáticos — e paradoxalmente menos conhecidos — da história política brasileira.

A República da Borracha: riqueza, poder e instabilidade

No início do século XX, Manaus figurava entre as cidades mais moder-

nas da América do Sul. O comércio internacional da borracha havia transformado a antiga vila amazônica em uma metrópole dotada de iluminação elétrica, bondes, sistema de água encanada e edifícios monumentais.

A prosperidade, entretanto, possuía bases frágeis.

A economia estadual dependia quase exclusivamente da exportação da borracha amazônica, enquanto o sistema político era dominado por grupos oligárquicos que disputavam ferozmente o controle da máquina pública. Em um ambiente onde o poder estadual significava acesso a contratos, arrecadação fiscal e influência federal, a política assumia contornos de uma luta permanente entre facções.

O governador Antônio Bittencourt representava um desses grupos dominantes. Seu governo enfrentava crescente oposição liderada pelo vice-governador Raimundo Affonso de Carvalho e Sá Peixoto, que buscava apoio junto a lideranças nacionais para promover sua ascensão ao poder.

A disputa alcançaria seu ápice em outubro de 1910.

A Faísca que Incendiou Manaus

Para compreender como Manaus se tornou alvo de seus próprios compatriotas, é preciso mergulhar no caldeirão fervente da política da República Velha, uma era moldada pela “política dos governadores” e pelo controle implacável de oligarquias regionais.

No Amazonas, a riqueza monumental gerada pelo Ciclo da Borracha transformou o controle do Estado em um prêmio altamente cobiçado. De um lado, o então governador Antônio Bittencourt tentava manter seu grupo no poder; do outro, o vice-governador Sá Peixoto liderava uma oposição faminta por controle, respaldada nacionalmente por figuras poderosas no Rio de Janeiro. A faísca que faltava para incendiar essa disputa explodiu quando a oposição, em uma manobra política que permanece objeto de debate histórico, produziu uma ata parlamentar posteriormente contes-

tada por juristas e pelos partidários de Antônio Bittencourt, declarando seu afastamento do governo. Os aliados de Bittencourt consideravam a medida uma ruptura da legalidade institucional, enquanto seus adversários sustentavam sua plena legitimidade constitucional. Diante da recusa do governador em aceitar o golpe parlamentar e abandonar o palácio, a política deu lugar às armas — e o Rio Negro virou o palco de uma demonstração de força sem precedentes.

O Sábado de Sangue

Na madrugada de 8 de outubro de 1910, forças federais iniciaram uma operação para tomar o Palácio do Governo.

A resistência veio da Força Pública do Amazonas, equivalente à atual Polícia Militar, que permaneceu fiel ao governador Antônio Bittencourt.

Os primeiros confrontos ocorreram nas imediações das atuais ruas Bernardo Ramos e Sete de Setembro. Durante horas, tropas federais e policiais estaduais trocaram tiros em uma batalha urbana inédita na história amazonense.

A resistência inesperada impediu o avanço terrestre. Foi então que os comandantes militares recorreram à medida extrema. Navios da Flotilha do Amazonas receberam ordem para abrir fogo contra áreas centrais da cidade e o centro histórico de Manaus tornou-se alvo de artilharia naval.

O Bombardeio

Relatos de jornais, documentos oficiais e memórias de contemporâneos descrevem cenas de pânico. Projéteis atingiram prédios públicos e áreas residenciais. O Palácio do Governo sofreu impactos diretos, o entorno do Teatro Amazonas foi atingido por estilhaços e o Mercado Adolpho Lisboa registrou danos estruturais.

Residências, estabelecimentos comerciais e edifícios públicos foram danificados. Entre os atingidos encontrava-se o arquiteto italiano Emílio

Tozi, que acabou morto durante os confrontos. Sua morte provocou protestos diplomáticos da Itália junto ao governo brasileiro, ampliando, internacionalmente, repercussão do episódio.

O saldo humano exato permanece objeto de debate entre historiadores, mas diversas fontes apontam mortos, feridos e significativa destruição material.

O Mistério do Telegrama Sem Vírgula

Nenhum elemento do episódio alcançou tanta notoriedade popular quanto a história do chamado “telegrama sem vírgula”. Segundo a tradição oral, o presidente Nilo Peçanha teria enviado uma mensagem orientando cautela aos militares. A frase original seria:

“Não, tenha prudência.”

Durante a transmissão telegráfica, entretanto, a pontuação teria desaparecido, transformando a ordem em: “Não tenha prudência.”

A versão alterada teria sido interpretada como autorização para o uso irrestrito da força.

Embora extremamente popular, a história é vista com cautela pelos historiadores. Não há consenso documental que comprove a ocorrência literal do erro teleográfico.

Para alguns pesquisadores, trata-se de uma construção memorialística posterior destinada a explicar ou justificar a violência do bombardeio. Independentemente de sua veracidade factual, a narrativa tornou-se parte inseparável da memória histórica amazonense.

A Queda e o Retorno de Antônio Bittencourt

Sob intensa pressão militar e diante da destruição crescente da cidade, Antônio Bittencourt acabou deixando o governo e Sá Peixoto assumiu o comando do estado.

A vitória, entretanto, revelou-se efêmera. Através de articulações políticas no Rio de Janeiro e do apoio de aliados influentes, Bittencourt conseguiu reverter a situação. Pouco mais de três semanas após os acontecimentos, retornou ao Amazonas e reassumiu o cargo.

A rapidez da reviravolta expôs a volatilidade das alianças políticas durante a República Velha e evidenciou a forte dependência das oligarquias estaduais em relação aos arranjos construídos na capital federal.

Consequências Históricas

O Bombardeio de Manaus produziu efeitos duradouros:

- Fragilizou a imagem das instituições republicanas;
- Intensificou rivalidades políticas locais;
- Expôs os limites do federalismo oligárquico;
- Demonstrou o uso político das Forças Armadas;
- Produziu impactos diplomáticos internacionais;
- Consolidou uma memória coletiva marcada pela violência política.

O episódio também simboliza o início do declínio de uma era. Poucos anos depois, a concorrência da borracha asiática provocaria o colapso econômico que encerraria definitivamente a Belle Époque amazonense.

Manaus no Contexto das Crises da República Velha

Embora frequentemente tratado como um acontecimento isolado da história regional, o Bombardeio de Manaus deve ser compreendido dentro de um contexto nacional marcado por rebeliões, intervenções militares e disputas oligárquicas.

Nas primeiras décadas da República, diversas cidades brasileiras tornaram-se palco de confrontos armados envolvendo forças federais e estadu-

ais. O episódio amazonense dialoga diretamente com outros movimentos que revelaram as fragilidades institucionais do regime republicano.

Entre eles destacam-se:

Revolta da Armada (1893–1894)

Navios da Marinha bombardearam a cidade do Rio de Janeiro durante a rebelião contra o governo Floriano Peixoto.

Revolta da Chibata (1910)

Ocorrida no Rio de Janeiro, no mesmo ano do bombardeio de Manaus, mobilizou marinheiros liderados por João Cândido contra os castigos corporais na Marinha brasileira.

Revolução Constitucionalista (1932)

Conflito armado entre São Paulo e o governo federal de Getúlio Vargas.

Intentona Comunista (1935)

Levantes militares em Natal, Recife e Rio de Janeiro contra o governo federal.

Nesse contexto, o Bombardeio de Manaus integra uma tradição histórica de utilização das Forças Armadas como instrumento de resolução de conflitos políticos internos.

Considerações Finais

O Bombardeio de Manaus permanece como um dos acontecimentos mais extraordinários da história republicana brasileira.

O episódio revelou que a modernidade material construída pela riqueza da borracha coexistia com instituições frágeis e disputas políticas marcadas pela violência. Em uma cidade que simbolizava o progresso da Amazônia, canhões nacionais voltaram-se contra compatriotas, demonstrando que a estabilidade da República Velha frequentemente dependia mais da força do que do consenso.

Mais de um século depois, os edifícios históricos do centro de Manaus continuam testemunhando silenciosamente aquele outubro de 1910. O Teatro Amazonas, o Mercado Adolpho Lisboa e o Palácio do Governo permanecem como monumentos não apenas da prosperidade amazônica, mas também de um passado marcado por confrontos políticos extremos.

Recordar o Bombardeio de Manaus significa compreender que a história da Amazônia não foi construída apenas pela exuberância da floresta ou pela riqueza da borracha, mas também por crises, conflitos e disputas de poder que ajudaram a moldar o Brasil contemporâneo.

Patrimônio, Memória e Identidade

Mais de um século após o conflito, poucos manauaras sabem que caminham diariamente por ruas que foram cenário de um dos mais graves confrontos políticos da história da Amazônia brasileira.

A preservação da memória do Bombardeio de Manaus representa não apenas o resgate de um episódio esquecido, mas também a valorização do patrimônio histórico da cidade. Os edifícios que sobreviveram ao ataque constituem testemunhos materiais de uma época em que a riqueza produzida pela borracha coexistia com profundas tensões políticas.

Conhecer esse episódio significa compreender que a construção da identidade amazonense não se deu apenas através da prosperidade econômica da Belle Époque, mas também por meio de conflitos, disputas e processos de resistência institucional que ajudaram a moldar a história regional e nacional.

BOX 1

O que era a Política dos Governadores?

Criada durante o governo de Campos Sales (1898-1902), a Política dos Governadores consistia em um acordo informal entre o governo federal e as oligarquias estaduais.

Em troca de apoio político ao presidente da República, os governadores recebiam ampla autonomia para controlar eleições e administrar seus estados sem interferência federal significativa.

O sistema garantiu estabilidade institucional relativa, mas fortaleceu práticas como: coronelismo; fraudes eleitorais; clientelismo e exclusão política das camadas populares.

O Bombardeio de Manaus demonstra os limites desse modelo quando os mecanismos políticos tradicionais deixavam de funcionar.

BOX 2

A Flotilha do Amazonas

Criada ainda no período imperial, a Flotilha do Amazonas possuía papel estratégico na defesa da região amazônica.

Suas embarcações patrulhavam milhares de quilômetros de rios navegáveis, protegendo fronteiras e garantindo a presença do Estado brasileiro na região.

Em 1910, contudo, seus canhões foram empregados em uma ação interna contra a própria capital amazonense.

O episódio permanece como uma das utilizações mais controversas da força naval na história do Brasil.

BOX 3

Quem foi Emílio Tozi?

Emílio Tozi foi um arquiteto italiano radicado em Manaus durante o auge do ciclo da borracha.

Participou de projetos urbanos importantes e integrou o contingente de profissionais estrangeiros responsáveis pela modernização arquitetônica da cidade.

Sua morte durante o bombardeio tornou-se símbolo dos efeitos colaterais da disputa política amazonense.

BOX 4 **História ou lenda?**

A maioria dos estudos contemporâneos considera o episódio da vírgula uma tradição política e memorialística, não um fato definitivamente comprovado. Contudo, sua permanência na cultura histórica amazonense demonstra como as sociedades constroem símbolos para explicar acontecimentos traumáticos.

BOX ESPECIAL **Cronologia do** **Bombardeio** **de Manaus**

Data	Evento
1908–1910	Intensificação da disputa política entre os grupos de Antônio Bittencourt e Sá Peixoto.
Setembro de 1910	Agravamento da crise institucional na Assembleia Legislativa do Amazonas.
Início de outubro de 1910	Produção de uma ata parlamentar contesta da que declarava o afastamento de Antônio Bittencourt.
8 de outubro de 1910	Confronto armado entre a Força Pública e tropas federais. Bombardeio de Manaus pela Flotilha do Amazonas.
9–30 de outubro de 1910	Exercício do poder pelo grupo oposicionista.
31 de outubro de 1910	Retorno de Antônio Bittencourt a Manaus e reassunção do governo estadual.

BOX ESPECIAL

Mitos e Verdades sobre o Bombardeio de Manaus

Afirmação

Manaus foi bombardeada por embarcações militares brasileiras.

Avaliação Histórica

Verdade.

O Teatro Amazonas foi destruído durante o ataque.

Falso. Sofreu danos indiretos e impactos no entorno.

Houve vítimas civis.

Verdade.

A morte de Emílio Tozi provocou repercussão diplomática internacional.

Verdade.

O presidente Nilo Peçanha autorizou formalmente o bombardeio.

Não há consenso documental.

O episódio da vírgula está comprovado historicamente.

Não. Trata-se de uma tradição memorialística cuja autenticidade permanece discutida.

BOX ESPECIAL

Fontes Primárias para Pesquisadores

O estudo do Bombardeio de Manaus pode ser aprofundado por meio da consulta às seguintes fontes documentais:

Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM)

- Correspondência administrativa;
- Relatórios governamentais;
- Documentação da Assembleia Legislativa.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

- Jornal do Commercio (Manaus);
- Correio da Manhã;
- Gazeta de Notícias;
- O Paiz.

Arquivo Histórico do Itamaraty

- Correspondência diplomática relacionada à morte do cidadão italiano Emílio Tozi.

Relatórios do Ministério da Marinha (1910–1911)

- Operações da Flotilha do Amazonas;
- Comunicações oficiais do comando naval.

APÊNDICE HISTORIOGRÁFICO

O Bombardeio de Manaus na Produção Histórica

A produção historiográfica sobre o Bombardeio de Manaus ainda é relativamente reduzida quando comparada a outros conflitos da Primeira República. Apesar disso, o tema vem recebendo crescente atenção de pesquisadores da história política, urbana e da memória social.

Os estudos mais recentes apontam três grandes eixos interpretativos.

A abordagem político-institucional

Analisa o conflito como resultado das tensões inerentes ao federalismo oligárquico da Primeira República e das ambiguidades constitucionais relativas à autonomia estadual.

A abordagem socioeconômica

Relaciona o episódio ao contexto do auge e do início do declínio do ciclo da borracha, destacando como a disputa pelo controle do Estado refletia a disputa pelo acesso às extraordinárias riquezas produzidas pela economia gomífera.

A abordagem memorialística

Investiga a construção da memória coletiva do episódio, especialmente a permanência da narrativa do “telegrama sem vírgula” como símbolo da tragédia e da arbitrariedade política.

Nessa perspectiva, o Bombardeio de Manaus não é apenas um acontecimento histórico, mas também um fenômeno de memória que continua sendo reinterpretado pelas gerações posteriores.



Referências

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: Formação Social e Cultural. Manaus: Valer.

BITTENCOURT, Agnello. Fundação de Manaus: Pródornos e Sequências. Manaus: Governo do Estado do Amazonas.

LOUREIRO, Antônio José Souto. História Geral do Amazonas. Manaus: Valer.

MESQUITA, Otoni Moreira de. Manaus: História e Arquitetura. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade sobre os Ombros: Trabalho e

Conflito no Amazonas. Manaus: EDUA.

REIS, Arthur César Ferreira. História do Amazonas. Manaus: Valer.

SANTOS, Francisco Jorge dos. História Geral do Amazonas. Manaus: MemVavMem.

Jornais da época:

- Jornal do Commercio (Manaus);
- A Federação;
- Diário Oficial do Amazonas;
- Correio da Manhã (Rio de Janeiro).

Documentação oficial:

- Relatórios do Ministério da Marinha (1910-1911);
- Mensagens dos Governadores do Amazonas;
- Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas;
- Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM).

Série Artigos

